

# ORDEM ECONÔMICA: O CENTRÃO NÃO QUER ACORDO.

O grupo está unido e prepara sua estratégia. Mas há quem veja tempestade no horizonte.

O Centrão quer que pelo menos 520 constituintes estejam em plenário a partir da próxima terça-feira, quando efetivamente será iniciada a votação da ordem econômica. Para isso, os principais líderes do grupo se reuniram com empresários de todos os setores — industrial, comercial, rural e financeiro — a quem incubiram de trazer, custe o que custar, todos os constituintes para Brasília, a fim de que o texto do Centrão possa ser aprovado. Não há disposição de se negociar a essência de nada do título, mesmo porque os líderes do Centrão estão confiantes na vitória “porque ela será ideológica”, conforme declarou o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

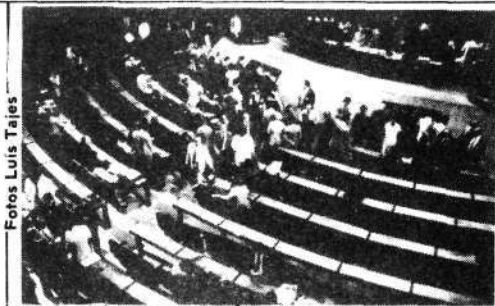
Sugeriu-se até entre os empresários a divulgação de uma nota, em apoio ao texto do Centrão. Mas depois ela foi considerada desnecessária e até inconveniente, porque poderia parecer interferência externa, segundo explicou o deputado Luiz Eduardo Magalhães.

Para alguns integrantes do Centrão, a certeza da vitória existe, principalmente porque o grupo foi dividido para negociação de setores, ou seja, reforma agrária, definição de empresa nacional, monopólio de exploração e distribuição de petróleo e de mineração. Há, ainda, o compromisso da solidariedade, porque o grupo que fechar um acordo com a esquerda terá todo o apoio do outro.

## Palavras

A hipótese do buraco negro já foi analisada pelo grupo e vista com muita simpatia. “O buraco negro é uma hipótese com a qual já estamos trabalhando, mesmo porque, para nós, ela é ótima” — disse Ricardo Fiúza, após lembrar que a maior parte dos integrantes do Centrão acha mesmo que não deve haver qualquer tipo de negociação.

Mas mesmo sem esta disposição de sentar à mesa para conversações, Fiúza acha que no acessório é possível discutir. Na questão da definição de empresa nacional, por exemplo, há chances de se chegar a um texto que permita a criação de **joint ventures**, ou seja, a possibilidade de associação com o capital externo para absorção da tecnologia. O deputado Afif Domingos, que tem participado ativamente das negociações, acha que este é o pulmão da empresa brasileira e não se pode fechar o País para o capital estrangeiro. A fórmula talvez



O plenário, ontem: vazio...



...sem quorum...



...à espera de um acordo.

## Constituições: dois recordes.

“Nosso recorde de fabricação Constituições é respeitável. Já fabricamos sete. Nosso desempenho no cumprimento das Constituições é miserável.

Todas foram violadas, com extraordinária imparcialidade”, afirmou, ontem, o senador Roberto Campos (PDS-MS). Ele elogiou o capítulo do Orçamento e da Fiscalização Legislativa e criticou o “progressivismo” do novo texto constitucional.

Para Roberto Campos, o capítulo do Orçamento e da Fiscalização Legislativa “apenas pormenoriza, com algumas melhorias, o austero texto da Constituição de 1967, que foi totalmente descumprido”. “Ali já se continha dispositivo sobre orçamento unificado, orçamento plurianual de investimentos e a vedação de dispêndio sem recursos específicos, alocados pelo Congresso. O atual capítulo repete a maioria desses dispositivos e os amplia para incluir, por exemplo, a proibição de endividamento para custeio. O texto é adequado,

mas a questão é cultural, isto é, devemos nos educar para a observância da disciplina orçamentária.”

O atual texto, segundo o senador, acentua o progressivismo como suposto fator de justiça social: “Entretanto, a experiência mundial moderna na marcha na direção da simples proporcionalidade dos impostos, pagando cada um proporcionalmente à sua renda, a fim de se evitar a sonegação, fuga de capitais e evasão de talentos. Um imposto proporcional único sobre a renda do nível de 10 a 15% tornaria eticamente constrangedora a sonegação, alargaria o universo dos contribuintes e redundaria em maior receita para o governo. As reformas fiscais recentes dos Estados Unidos e da Inglaterra, reduzindo os impostos sobre os ricos, tiveram, como efeito, os ricos pagando muito mais impostos por se absterem da sonegação e abandonando o recurso dos paraísos fiscais que tornavam as altas taxas progressivistas ilusórias”.

## Punição para os faltosos. Vai adiantar?

Começa a vigorar segunda-feira, para todas as sessões da Constituinte, o ato da mesa diretora, publicado ontem no diário da Assembléia Nacional Constituinte, que vai punir com um desconto de trinta avos sobre os subsídios, por dia, os deputados e senadores que faltarem a quatro sessões consecutivas ou sete sessões alternadas.

O ato da mesa da Constituinte ressalva três casos em que o constituinte não será punido com o desconto sobre os seus subsídios (cerca de Cz\$ 25 mil, por dia): são os casos de doença comprovada com atestado médico, licença do mandato (quando o parlamentar é substituído pelo suplente) ou missão autorizada por umadas duas casas do Congresso Nacional.

Em São Bernardo do Campo, o deputado Felipe Cheidde (PMDB-SP), o segundo deputado mais ausente das sessões da Constituinte, disse que a decisão da Mesa foi acertada: “Acho injusto pagar um salário para alguém que não trabalha”. Ele diz que a medida não o afetará, pois pretende continuar doando seus proventos “para instituições de caridade”. Ele acha que a medida “vai afetar outros parlamentares, que não possuem uma receita sólida, o que não é meu caso”.

O deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) protestou contra a punição, alegando que ela não terá efeito moralizador, por tratar-se de uma mera sanção pecuniária. “A solução é convocar os suplentes”, ele sugeriu.

seja tirar palavras como “incondicional”, “exclusivo”, “controle” e jogar a qualificação das empresas e as vantagens que elas poderão receber, para a lei ordinária.

## Tempestade

Mas nem todos estão otimistas como esses integrantes do Centrão. O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) comentou ontem que “a previsão é de tempestade”, acrescentando que dificilmente haverá acordo. Para ele, o mais provável é que conservadores e progressistas venham a **bater chapa** e como nenhum dos dois lados pode garantir a maioria de 280 votos sobre temas tão polêmicos, o buraco negro será inevitável.

— Sabemos que não será fácil, mas não vamos desistir da negociação, disse o deputado.

Ontem, a esquerda do PMDB reuniu-se durante mais de uma hora no gabinete do líder Mário Covas, para uma primeira avaliação do problema e análise detalhada do texto do projeto constitucional. Segundo o senador José Richa, o importante primeiro é fixar as questões sobre as quais não há problemas para aprovação, para depois debater as alternativas aceitáveis para os temas polêmicos, como a conceituação da empresa nacional, a reforma agrária etc. Esses temas serão debatidos pelo grupo em outras reuniões, a serem realizadas hoje e domingo.

Do encontro no gabinete de Covas participaram os senadores José Richa, José Fogaça e Severo Gomes e os deputados Francisco Dornelles, José Lins, Hélio Duque, Virgildásio Sena, Fernando Santana e José Carlos Vasconcelos.

A poucas dezenas de metros dali, na sala da Comissão de Minas e Energia, reuniam-se alguns líderes do Centrão com os mesmos objetivos: os principais encarregados da negociação com as esquerdas, os deputados Luis Eduardo Magalhães, Luis Roberto Pontes, José Geraldo, Ricardo Fiúza e Sérgio Sernech.

Ontem, a sessão da Constituinte se encerrou sem quórum para o começo da votação da ordem econômica: apenas 257 dos 559 constituintes estavam presentes. O presidente da Constituinte também decidiu suspender as sessões marcadas para sábado e domingo, pela previsível falta de quórum.